

Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas

E-mail: roberto.simoaes@ufes.br

‖ Educação em tempo integral não é tratada no diagnóstico; a meta 6 correspondente não contempla a Escola Viva e a sua contribuição para alcançá-la

Plano de Educação

Escolhi cinco trechos críticos do diagnóstico do Plano Estadual de Educação (e como andam os municipais?) e a meta da educação integral. Esse debate essencial do PEE está muito restrito. A data final para sancionar a lei a ser aprovada na Assembleia é 24 de junho.

1. Introdução surpreendente (p. 5). Ao mesmo tempo em que registra a “crescente melhoria na taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais, passando de 11,5 em 2001 para 6,4% em 2011”, e a elevação da “escolaridade média da população de 25 anos ou mais, chegando-se a 7,5 anos de estudo em média”, faz-se uma consideração bombástica: “esses dados devem ser vistos com total insatisfação, pois a taxa encontrada está longe de atender a exigências mínimas para uma vida digna”.

2. Alfabetização obrigatória (p. 37). Observa-se o “fato de se encontrar, ainda, pessoas não alfabetizadas na faixa etária de escolarização obrigatória (10 a 14 anos e 15 a 17), conforme dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases – LDB”. O total de crianças e jovens analfabetos (10 a 19 anos) no Espírito Santo é de 10.118 pessoas. Lei, para quê?

3. Docentes temporários (ps. 53 e 54). Nas redes públicas do Estado e dos municípios, em 2013, mais da metade (55,4%) do magistério “eram designados temporários”; apesar de não estar no diagnóstico, no ensino médio estadual ultrapassam 65%. Essa “situação traz, em geral, alto grau de rotatividade dos professores com consequências consideráveis, não somente para a gestão escolar, como para o aprendizado dos alunos”.

4. Avaliação do ensino médio (p. 28). Eis a síntese: “De qualquer forma, os resultados têm sido muito baixos, o que deve ser bastante considerado para a formulação de novas políticas voltadas para a expansão e melhoria do Ensino Médio”. Ainda sobre o ensino médio (p. 31): em 2013, “pouco mais da metade (55,3%) da população de 15 a 17 anos estava matriculada no ensino médio”, verificando-se que “o crescimento das matrículas ao longo do tempo é assimétrico”.

5. Educação profissional (p. 36). Das quatro necessidades citadas, tomo duas: “redefinir a política estadual de formação profissional, de modo a torná-la aderente ao desenvolvimento local, regional” e melhorar a infraestrutura (laboratórios, acervo) para os cursos.

Educação em tempo integral não é tratada no diagnóstico; a meta 6 correspondente não contempla a Escola Viva e a sua contribuição para alcançá-la.

A educação do diagnóstico difere daquela dos discursos.